

***PRIMEIRO TERMO ADITIVO AO CONTRATO  
CELEBRADO EM 07.02.2023 ENTRE O TRIBU-  
NAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ E A  
EMPRESA LOUDON BLOMQUIST AUDITORES  
INDEPENDENTES. (PROCESSO ADMINISTRA-  
TIVO nº 8512243-15.2025.8.06.0000).***

**AD1/CT Nº 06/2023**

**Cód. do PAC nº TJCEUGP\_UGP\_2025\_0009-3**

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**, com sede na Av. General Afonso Albuquerque Lima, s/n, Bairro Cambéba em Fortaleza – CE, inscrito no CNPJ sob o nº 09.444.530/0001-01, doravante denominado simplesmente de TJCE ou CONTRATANTE, neste ato representado por seu Presidente, Desembargador HERÁCLITO VIEIRA DE SOUSA NETO e a empresa **LOUDON BLOMQUIST AUDITORES INDEPENDENTES**, com sede na Av. Presidente Vargas, 509, 3º andar, Centro, Rio de Janeiro/RJ, CEP:20.071-003, doravante denominado “O Auditor”, representada nesse ato por Jorge Luiz Ferreira de Moraes, daqui por diante simplesmente denominada CONTRATADO, resolvem celebrar TERMO ADITIVO com base nas seguintes cláusulas:

***Cláusula Primeira – Da Fundamentação Legal***

Fundamenta-se o presente Instrumento:

- a) No Memorando Nº 46/2025-UGP/TJCE, datado de 19.11.2025, constante do processo acima epigrafado;
- b) no que dispõe o Art. 37, inciso XXI, da Constituição Federal, no art. 25, §7º c/c art. 92, §3º da Lei nº 14.133/2021, e item 4.8 da GN2350-15 que embasou o contrato CT 06/2023;
- c) no parecer da Consultoria Jurídica da Presidência, datado de 13.01.2026, devidamente aprovado pelo Exmo. Des. Presidente do Tribunal de Justiça do Estado do Ceará.

***Cláusula Segunda – Do Objeto***

Constitui objeto deste Termo reajustar pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, no percentual de 5,18% apurado entre outubro de 2022 a setembro de 2023 no percentual de 4,42% apurado entre outubro de 2023 a setembro de 2024, e por fim em 5,17% apurado entre outubro de 2024 a setembro de 2025, o contrato que tem por objeto o **Serviço de Auditoria Externa para o Promojud**.

Com os reajustes descritos, o contrato será impactado no montante total de R\$ 75.340,60, passando de R\$ 485.420,00 (quatrocentos e oitenta e cinco mil e quatrocentos e vinte reais), para os atuais **R\$ 560.760,60 (quinhentos e sessenta mil, setecentos e sessenta reais e sessenta centavos)**.

**Cláusula Terceira– Da Inclusão**

Ainda por este aditivo, fica incluído na Cláusula Nona do Contrato, o seguinte parágrafo:

*9.4. Os preços poderão ser reajustados a cada doze meses contados de outubro de 2022 (considerada a data-base do reajuste por ser aquela em que a administração juntou aos autos a estimativa orçamentária da contratação), aplicando-se a variação do Índice de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA, por ser esse o índice oficial de inflação no Brasil, ocorrida no período.*

**Cláusula Quarta – Da Ratificação**

Ficam ratificadas as demais cláusulas e condições do Contrato original que não colidirem com as cláusulas ajustadas no presente Termo.

E, por acharem os partícipes de perfeito acordo com as condições e cláusulas sobrecitadas, assinam o presente Instrumento em 02 (duas) vias de igual teor e forma, devendo seu extrato ser publicado no Diário da Justiça Eletrônico.

Fortaleza/CE, data da última assinatura registrada pelo sistema.

**Desembargador Heráclito Vieira de Sousa Neto**  
**PRESIDENTE DO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ**

**Jorge Luiz Ferreira de Moraes**  
**LOUDONBLOMQUIST AUDITORES INDEPENDENTES**

TESTEMUNHAS: \_\_\_\_\_